

Cuidado! O senhor está acessando uma tradução automática não editada do idioma inglês, que pode conter erros.

[Veja este e-mail no seu navegador](#)



Continue lendo para saber sobre iniciativas recentes no Sul da Ásia para fomentar conversas sobre Acesso à Justiça, principais questões do CDWD nos Relatórios da ONU, atualizações do processo de Revisão Periódica Universal na Albânia e o que está por vir!

Consulta regional sobre acesso à justiça para pessoas com deficiência no sul da Ásia



O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR) em colaboração com o GFO D, International Dalit Solidarity Network (IDSN) e Asia Dalit Rights Forum (ADRF) organizou uma consulta regional do Sul sobre acesso à justiça de 19 a 21 de agosto de 2024, em Bangkok, com foco no Sul da Ásia. O workshop reuniu especialistas para discutir relatórios de países sobre Índia, Sri Lanka, Paquistão, Nepal e Bangladesh. Ele destacou os desafios enfrentados pelas Comunidades Discriminadas no Trabalho e Descendência (CDWDs).

A consulta teve como objetivo identificar barreiras à justiça e explorar estratégias para lidar com a discriminação e promover acesso igualitário à justiça para CDWDs. Os participantes compartilharam experiências, melhores práticas e recomendações para melhorar estruturas legais, implementação de políticas e engajamento comunitário.

Os resultados da consulta também foram sobre as iniciativas futuras do ACNUDH e o apoio aos governos no fortalecimento do acesso à justiça para comunidades de base descendente. Relatórios de países do Sri Lanka, Índia, Paquistão, Bangladesh e Nepal foram apresentados por vários pesquisadores que trabalharam e pesquisaram extensivamente sobre o status dos direitos civis e políticos dos Dalits em seus respectivos países. Também incluiu o aspecto do status da Comissão de Direitos Humanos em países respeitados e sua resposta e implementação em relação aos Direitos dos Dalits.



Destacando a situação das CDWD através de relatórios da ONU

Human Rights Council
Fifty-seventh session
9 September-9 October 2024
Agenda item 3
Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development

Right to development of children and future generations

Report of the Special Rapporteur on the right to development, Surya Deva

Summary

In the present report, submitted pursuant to Human Rights Council resolutions 33/14 and 51/7, the Special Rapporteur on the right to development, Surya Deva, focuses on the right to development of children and future generations. He explains why the right to development, in accordance with the Declaration on the Right to Development, should inform and complement children's rights and child development under the Convention on the Rights of the Child and other standards. He proposes five action pillars to overcome ongoing challenges in realizing the right to development of children. The Special Rapporteur also explains why and how to take seriously the human rights – including the right to development – of future generations. He recommends four policy shifts to build an ecosystem supportive of the right to development and all other human rights of future generations.

[Leia aqui](#)

Relatório do Relator Especial da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento reconhece barreiras enfrentadas por crianças com deficiência

Em seu relatório ao Conselho de Direitos Humanos a ser apresentado em Genebra no mês que vem, o SR Surya Deva enfatiza a importância do direito ao desenvolvimento para crianças e gerações futuras. Ele destaca a necessidade de mudanças de política para criar um ecossistema de apoio para a realização desses direitos. Importante, referindo-se à submissão feita pelo GfOD ao SR, o relatório reconhece os desafios únicos enfrentados por crianças pertencentes a comunidades discriminadas com base no trabalho e descendência (CDWD), como Dalits, Roma e Quilombolas, enfatizando a importância de abordar essas barreiras para garantir o desenvolvimento abrangente de todas as crianças.

Relatório do SR sobre o Direito ao Desenvolvimento sobre Justiça Climática: Perdas e Danos

O próximo relatório do Relator Especial Surya Deva para a Assembleia Geral descreve uma estrutura abrangente de justiça climática. Reconhecendo a contribuição do GfOD, o relatório reconhece explicitamente que comunidades que enfrentam discriminação com base no trabalho e descendência (CDWD), como Dalits e Haratine, são desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas. Ele pede sua participação ativa no design e implementação de políticas relacionadas ao Fundo de Resposta a Perdas e Danos, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos protegidos em iniciativas de justiça climática.

A/79/168

Report of the Special Rapporteur on the right to development, Surya Deva

Climate justice: loss and damage

Summary

In the present report, submitted to the General Assembly pursuant to Human Rights Council resolutions 33/14 and 51/7, the Special Rapporteur on the right to development, Surya Deva, develops a climate justice framework comprising four pillars (mitigation, adaptation, remediation and transformation) and 12 overarching human rights principles. He proposes that climate change-related loss and damage, which undermines the right to development of individuals and communities, especially those living in developing countries, should be seen as part of the remediation pillar of the climate justice framework. The Special Rapporteur recommends a rainbow of measures that States, international financial institutions, multilateral development banks and businesses must take to address loss and damage. He also outlines several human rights principles that the World Bank, as an interim trustee of the Fund for Responding to Loss and Damage, and the Fund's Board should integrate into all aspects concerning the Fund's administration.

[Leia aqui](#)

Apresentação do GfOD sobre registro de nascimento e tecnologias digitais



Equipe de campo do Romalítico apoiando os ciganos na Macedônia do Norte para obter certidões de nascimento

[Leia aqui](#)

Este mês, também enviamos duas contribuições regionais ao OHCHR sobre os desafios enfrentados por CDWD no acesso ao registro universal de nascimento e ao uso de tecnologias digitais. O registro de nascimento é crucial para garantir identidade legal e acesso a serviços, mas muitas comunidades CDWD enfrentam barreiras sistêmicas devido à discriminação, pobreza e isolamento geográfico. As submissões, da Ásia e África e Europa, destacam exemplos de países como Nepal, Mauritânia, Mali, Nigéria, Quênia; Hungria e Macedônia do Norte, respectivamente - ilustrando os desafios enfrentados por comunidades marginalizadas, incluindo (mas não se limitando a) Dalits, Haratins e Roma. As submissões defendem reformas de políticas, uso de tecnologias digitais e maior inclusão para garantir que essas comunidades possam garantir identidade legal e acessar serviços essenciais.

A Revisão Periódica Universal (RPU) na Albânia: Um catalisador para os direitos dos ciganos



Como um grupo marginalizado, a minoria cigana, estimada entre 8.301 e 120.000 pessoas, continua a sofrer discriminação sistêmica, exclusão social e pobreza. Esses desafios impactaram significativamente seu acesso à educação, saúde, emprego e moradia. Na sexta-feira, 30 de agosto de 2024, a Albânia teve sua Pré-sessão de Revisão Periódica Universal. Uma pré-sessão é uma reunião sobre a situação dos direitos humanos em um Estado-Membro específico da ONU. As pré-sessões fornecem às instituições nacionais de direitos humanos (NHRIs) e organizações da sociedade civil (OSCs) uma plataforma internacional por meio da qual podem informar os representantes dos Estados recomendantes sobre a situação dos direitos humanos no Estado sob revisão (SuR) antes da UPR. As OSCs ciganas desempenham um papel crucial na defesa dos direitos dos ciganos na Albânia. Ao envolver as OSCs, particularmente as OSCs ciganas e pró-ciganas no processo da UPR, o governo albanês pode obter insights valiosos sobre as perspectivas das comunidades ciganas e adaptar suas políticas de acordo. O Fórum Global de Comunidades Discriminadas por Trabalho e Descendência (GFoD) e a Rede ERGO e seus membros têm sido fundamentais para facilitar e apoiar o envolvimento da sociedade civil cigana nesses processos, ajudando a superar os desafios de acesso e garantir que suas vozes sejam ouvidas na formulação de políticas globais inclusivas. Destacando questões relacionadas aos ciganos no país, nossa especialista em direitos da Albânia, Siljana Hyseni, preparou um Factsheet fornecendo uma visão geral sobre a situação da comunidade cigana nos aspectos de desigualdade, status econômico, educação, acesso à justiça; anticiganismo na Albânia; esforços nacionais e internacionais; juntamente com recomendações importantes. Siljana também escreveu um artigo sobre a importância da UPR para os ciganos e a necessidade de engajamento da sociedade civil.

Uma olhada no atual Programa de Especialistas em Direitos no GFoD

O QUE NOS UNE COMO COMUNIDADES DISCRIMINADAS NO TRABALHO E NA DESCENDÊNCIA (CDWD)?

Semelhanças em termos de discriminação, dos empregos a que fomos relegados, da exclusão

Neris Isabel Barrios Reyes, Especialista em Direitos da Colômbia (América Latina)

as nossas experiências partilhadas deste tipo de discriminação unem-nos

Heman Das, especialista em direitos do Paquistão (Ásia)

Nossa semelhança é nossa resistência e sobrevivência como nações :D

Fikrija Tair-Selmani, especialista em direitos da Macedônia do Norte (Europa)

Uma visão de um futuro justo nos une.

Kunjani Pariyar Pyasi, especialista em direitos do Nepal (Ásia)

Como CDWD, estamos unidos por nossos desafios semelhantes e pelas barreiras sociais que estamos tentando quebrar à medida que melhoramos nossa qualidade de vida em geral.

Dalpheen Nyambane, Especialista em Direitos Humanos do Quênia (África)

Nossa equipe de 26 especialistas em direitos (REs) - que vêm de 15 países e 4 regiões, ou seja, Europa, Ásia, África e América Latina (incluindo representantes da diáspora), é um aspecto central do GFoD. Nossos REs passam por treinamento completo em vários aspectos dos processos de pesquisa e advocacia, para que estejam bem equipados para se envolver com a missão de reconhecimento e inclusão de CDWD em seus respectivos contextos. No mês passado, tivemos duas sessões intensivas com os REs - ou seja, revisão do Fórum Político de Alto Nível (HLPF) e os princípios básicos de 'Discriminação com base no trabalho e descendência e como lidar com isso?'. Por meio dessas sessões, pudemos discutir o que nos une à medida que continuamos a nos envolver com uma visão comum em meio às nossas múltiplas identidades e as várias estratégias que poderíamos trazer por meio de engajamentos na ONU e mais adiante nas regiões para concretizar essa mesma visão. A próxima etapa do programa visa dar o pontapé inicial em nosso processo de pesquisa no GFoD que abordará alguns temas cruciais, como o status geral das comunidades CDWD, especialmente mulheres e meninas; Situação das mulheres com deficiência e administração da justiça criminal; respostas do mecanismo estatal às experiências de deficiência e discriminação; coragem e resiliência, e muito mais.

Por vir

GFoD na Cúpula do Futuro

Os Dias de Ação da Cúpula do Futuro são um convite aberto do Secretário-Geral das Nações Unidas e ocorrerão nos dias 20 e 21 de setembro de 2024 na Sede da ONU em Nova York. Os estados-membros adotarão oficialmente o Pacto na Cúpula do Futuro (SOTF) após os Dias de Ação, nos dias 22 e 23 de setembro.

Além da cúpula principal, a Assembleia Global dos Povos (GPA) será realizada de 20 a 24 de setembro de 2024 no UN Church Centre. A GPA realizará programas das 09:00 às 18:30 nos dias 22 e 23 de setembro, com uma sessão significativa intitulada "Desigualdades e não deixar ninguém para trás", coorganizada pela GFOD, Oxfam e Youth LGBTI em 23 de setembro das 13:30 às 15:00. Por fim, a GFOD realizará uma Rodada para Amigos de Comunidades Discriminadas por Trabalho e Descendência. Este evento a portas fechadas reunirá os estados-membros que apoiam o CDWD e nosso



trabalho, com foco em aumentar a visibilidade na ONU e explorar maneiras concretas para maior colaboração dentro do Sistema ONU.

Campanha da Intocabilidade

Em colaboração com a Ambedkar International Mission, EUA, a GfOD está organizando um evento como parte da Campanha contra a Intocabilidade em 22 de setembro de 2024 no Council Chambers, Nova Jersey. Este evento tem como objetivo aumentar a conscientização global sobre a discriminação profundamente enraizada enfrentada pela CDWD. Reunindo líderes jovens, representantes da comunidade e defensores, o evento se concentrará no desenvolvimento de um diálogo significativo, estratégias para combater a intocabilidade e compartilhamento de melhores práticas. Por meio de discussões, sessões interativas e workshops, os participantes trabalharão para construir um movimento global mais inclusivo para desafiar e desmantelar a discriminação baseada em castas.



O Policy Brief da ONU Mulheres destacará as principais questões e recomendações relativas às mulheres CDWD

Abordando uma lacuna nas atuais estruturas internacionais de direitos humanos, o GfOD apoiará a ONU Mulheres na divulgação de um Policy Brief que aborda os tipos únicos e específicos de discriminação vivenciados por mulheres de Comunidades Discriminadas no Trabalho e Descendência. O policy brief destacará os desafios específicos enfrentados por mulheres de CDWD em várias regiões, fornecerá análises baseadas em evidências e recomendações de políticas acionáveis. Este policy brief pede um esforço coordenado da ONU Mulheres, governos e sociedade civil para criar um ambiente inclusivo e equitativo onde essas mulheres possam prosperar.



Notícias de Parceiros

Escola Nacional CONAQ lança cartilhas que mostram as experiências e a militância de estudantes quilombolas no Brasil

A Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas da CONAQ lança, nesta quinta-feira (22), as cartilhas "Lute como uma menina quilombola" e "Cartas de Quilombolas: o que dizem as alunas da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas da CONAQ". Um dos materiais gráficos mostra como foi criada a Escola Nacional, um projeto inédito que fortaleceu e engajou estudantes e famílias na luta por uma educação de qualidade para

A Campanha Nacional sobre Direitos Humanos Dalit examina o Orçamento da União, analisando as dotações orçamentárias para CDWD e grupos indígenas na "Análise Orçamentária Dalit-Adivasi" na Índia

Como todos os anos, o NCDHR produziu sua análise do Orçamento apresentado pelo governo da União na Índia - examinando as alocações para grupos de Castas Programadas e Tribos Programadas sob o Subplano de Castas Programadas (SCSP) e o Subplano Tribal (TSP) no país. A análise descobriu que a tendência de alocações não direcionadas continua e

quilombolas em todas as regiões e biomas do Brasil. A segunda cartilha apresenta as experiências das meninas e meninos lá dentro e os desafios enfrentados para frequentar as escolas.

[Ler mais →](#)

apenas cerca de 3,2% (Rs.46.195 Crs) está chegando diretamente aos SCs e apenas cerca de 2,9% (Rs. 41.730 Crs) está chegando diretamente aos STs. Clique abaixo para a análise detalhada.

[Ler mais →](#)



Copyright (C) 2024 Global Forum of Communities Discriminated on Work and Descent. All rights reserved.

Our mailing address is:

Want to change how you receive these emails?

You can [update your preferences](#) or [unsubscribe](#)

